

Visão da semana: as incertezas após o pacote

Todo o noticiário econômico da semana passada concentrou-se sobre a repercussão derivada do recente conjunto de medidas que o governo elaborou, agora aprovadas pelos representantes parlamentares. Apesar de algumas manifestações de apoio quase irrestrito, o pacote gera uma série de incertezas e revela-se preocupante sob certos aspectos.

Do ponto de vista dos assalariados, persiste a dúvida de que as modificações introduzidas no Imposto de Renda venham a traduzir-se por ganhos efetivos de poder aquisitivo. Isso não se deve apenas à maneira pela qual os descontos serão efetuados, mas à perspectiva de que o governo não ataque frontalmente a inflação e os gastos públicos. Com efeito, as autoridades têm inovado pelo menos num aspecto, qual seja, o da retórica. O discurso predominante passa a apontar como primordial um processo de racionalização da máquina estatal, embora na prática isso não passe necessariamente por medidas mais drásticas, que se consubstanciariam em cortes convincentes dos gastos públicos.

Neste sentido, o governo deixa entender que tanto a inflação como a redução das pressões orçamentárias emanadas de seus próprios dispendios dependem fundamentalmente do equilíbrio político que se espera lograr a curto prazo. Conquanto este fator seja de peso reconhecido, é difícil aceitar que o voluntarismo puro e simples produza o ajuste indispensável e que tem sido postergado repetidamente ao longo dos anos, independentemente das administrações que se sucederam.

Uma das demonstrações do receio causado pelo pacote é a incerteza de empresários de diversos setores quanto à inflação em 1986. Não se vislumbra otimismo neste campo, o que parece suficiente para colocar em dúvida a consistência do crescimento que as autoridades projetam com manifesta aparência de segurança. Talvez estejam sendo guiadas em suas avaliações por alguns resultados positivos que a economia tem demonstrado neste ano. Na semana passada, por exemplo, foram divulgados os números sobre o desempenho da indústria automobilística e de autopeças, superando expectativas dos dirigentes setoriais. A balança comercial voltou a confirmar que o superávit deste ano ultrapassará os US\$ 12 bilhões, após registrar US\$ 1,1 bilhão em novembro.

A outra incógnita que se apresenta nos cenários em discussão para o próximo ano reporta-se ao setor externo, mais especificamente ao encaminhamento que a renegociação da dívida deverá obedecer. Embora certos elementos do governo manifestem uma confiança quase ilimitada nas repercussões positivas do pacote, não será tão cômodo quanto pretendem manter o FMI à margem do processo, mormente quando esperam obter os recursos propiciados pelo chamado plano Baker.

Em meio a estas expectativas, mereceu destaque a preocupação governamental com a política de abastecimento. Dá-se como certo a implantação de um programa inédito nesse campo, o qual contaria com importações para formar estoques reguladores. Pode ser arquitetado um novo programa de preços para o setor agrícola, de modo a se preservar a renda do setor, num ano em que as safras talvez sejam magras e os preços recebidos pela produção menos compensadores.

O impacto que se espera dessa iniciativa é conter a inflação, mas ele poderá ser anulado pela falta de efetividade de outras providências para cortar os gastos oficiais, num ano nitidamente eleitoral. Tudo indica que 1986 será um ano de testes rigorosos para um governo que procura imprimir uma nítida marca desenvolvimentista. Resta ver se esse crescimento não será comprometido pelos riscos de se manter o controle de preços e de se promover, talvez precipitadamente, uma política de rendas que pode inviabilizar a realização de investimentos na esfera produtiva.